

Virgínia Soares Pereira

Braga, CEHUM (Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho)

(Os) mitos do século de Augusto

As celebrações do bimilenário da morte de Augusto, às quais a cidade de Braga em boa hora se associou, convidam-nos a evocar esta figura extraordinária, cuja excepcionalidade não deixa ninguém indiferente e se tornou verdadeiramente mítica. De facto, dificilmente se encontrará na história do Ocidente um período e uma personalidade que mais profundas marcas tenham deixado do que o século e a figura de Augusto. Todavia, este período único da história, que apaixonou e apaixonou todos quantos se abeiraram dele no intuito de o compreenderem, está repleto de contradições e ambiguidades, de luzes e sombras que inviabilizam qualquer tentativa de caracterização objectiva e segura. O Século de Augusto viu um projecto de poder pessoal fazer o seu curso, alicerçado na propaganda do regime e em ambiguidades que se tornaram verdadeiros mitos. É de alguns desses mitos que trata o presente estudo.

Antes, porém, convém esclarecer qual a acepção em que aqui é tomada a palavra “mito”, que transporta consigo tantas ressonâncias e conotações. Os mitos a que nos referimos são constructos que têm muito de encenação e de simbólico e comportam um propósito claro: exaltar as virtudes de Augusto e do regime que instaurou, deixando na sombra os aspectos mais sombrios da sua actuação e apresentando-o como um exemplo digno de ser imitado, nos planos político, religioso, dos costumes. Segundo a sugestiva definição de C. García Gual (2005: 11): “O termo ‘mito’ aplica-se a algo que parece ser extraordinário, fabuloso, exemplar e memorável, ainda que talvez pouco objectivo, e exagerado, faustoso e falso”, algo “que está para lá da realidade bruta, objectiva, dura, empírica e comprovável.”

Num livro que fez época, intitulado precisamente *Le siècle d'Auguste*, e saído em 1970, o historiador Robert Étienne analisa o Século sob quatro prismas: o das ambiguidades, o dos mitos, o das realidades e o das felicidades do século. Relativamente aos mitos, documenta como foram postas a circular inúmeras inverdades (como agora se diz), que serviram a causa da propaganda augustana, nomeadamente o mito das virtudes de Augusto e o mito da eterna juventude do *princeps*. O povo romano estava cansado de guerras e desejava uma renovação, e um salvador. De acordo com R. Étienne (1970, 29): “Os mitos da sua natureza excepcional, da juventude e da paz passaram a habitar os espíritos e os corações que desejavam usufruir do reino do melhor.”

Quais são e em que consistem as ambiguidades e os mitos do século de Augusto?

Não subsistem dúvidas quanto à imagem que Augusto quis deixar de si próprio, bem diferente da que transmitiram os textos propagandísticos dos seus adversários políticos. Yavetz (1984, 1) considera que Augusto teve de reagir a rumores que davam dele uma imagem negativa, bem prejudicial a quem queria progredir na sua vida política. Começou por fazê-lo na Autobiografia (dedicada a Mecenas e Agripa) e depois, e em especial, nas *Res Gestae*, que apagam toda e qualquer referência aos seus opositores, como se não tivessem existido. No

entender de R. Étienne, a vida e a imagem que o futuro Augusto quis dar de si assentam em três formas de ambiguidade: a ambiguidade do retrato, a ambiguidade dos poderes que se foi arrogando ao longo da vida e a ambiguidade da sucessão.

Começando pelo retrato, isto é, pela imagem física que nos é transmitida por um dos seus biógrafos, Suetónio, observa-se que o futuro imperador é, por um lado, frágil, frequentemente atingido por problemas de saúde que por mais de uma vez quase o levaram à morte, e, por outro, alguém que transmite a imagem de um ser eternamente jovem, um ser que ultrapassa as suas debilidades, alguém que, como o sol, se renova a cada dia e é, por isso, esperança de uma vida eterna. De facto, a sua constituição física era relativamente débil, sujeita a muitas crises de saúde (alergias constantes, problemas de estômago, nervosismo). Mas superou, com ânimo estóico, as dificuldades. Como escreveu Jean-Pierre Néraudau (1996: 50): “L’expérience constante de la maladie, chez un homme public qui doit incarner la force et la durée, implique un effort constant sur soi-même.” Mas Suetónio (*Aug.* 79) não se limita a dar esta imagem de fragilidade e contrapõe: “Era de uma grande beleza e conservou toda a sua graciosidade durante todos os períodos da sua vida. (...) Tinha olhos claros e brilhantes, e parecia fazer crer que havia neles um pouco de energia divina”. Assim se fora construindo a imagem de um ser excepcional e se fora cimentando a ideia de uma possível ascendência divina, que a *gens Iulia* não desmentia.

Quanto à ambiguidade dos poderes que se foi arrogando ao longo da vida, Octaviano-Augusto sempre agiu como se respeitasse os valores republicanos, mas na realidade alterando-os a seu gosto, ou apoderando-se a título vitalício, não propriamente de cargos (embora também o fizesse), mas de títulos que significavam prerrogativas excepcionais, e desde sempre admitidas apenas a título excepcional. Em boa verdade, o problema não estava na acumulação de funções, mas sim na duração dos cargos. Assim, exercer durante vários anos sucessivos, como fez, as funções de cônsul constituía uma anomalia no normal funcionamento das instituições políticas. Um exemplo claro desta actuação ambígua no uso dos cargos encontra-se no facto de se ter apropriado das prerrogativas do cargo de *tribunus plebis* sem assumir o cargo; deste modo, ficou detentor da chamada *tribunicia potestas* (poder tribunicio), que se caracteriza pela *sacrosanctitas* (a inviolabilidade do tribuno) e pelo direito de veto (*ius intercessionis*) com que o tribuno se opõe às leis que sejam propostas no Senado e que possam ser lesivas dos interesses do povo. Deste modo, ficava detentor de poderes que ultrapassavam o de qualquer magistrado ou colega. O próprio Augusto deixou nota desta sua posição no cap. 1.34 das *Res Gestae*, no passo em que se afirma igual aos outros em poder (*potestas*), mas superior em autoridade e prestígio (*aucloritas*).

Uma terceira ambiguidade, a da sucessão. No seu começo, o programa augustano não contemplava a ideia de sucessão, tendo, como tinha, o objectivo de restaurar o *mos maiorum* e de devolver ao Senado o normal funcionamento das instituições. Assentava na ideia do *optimus princeps*, cuja *aucloritas* era feita de prestígio pessoal e de qualidades morais, qualidades estas que não se transmitem por sucessão. Mas uma monarquia electiva lançaria de novo o caos na vida política, dilacerada por cerca de 20 anos de guerras civis (Étienne, 1970, 25). Com resolver esta dificuldade? Como assegurar a continuidade do governo protagonizado por uma só pessoa, o *princeps senatus*, como transmitir o seu poder e garantir a sua continuidade, mas mantendo sempre a aparência de legalidade? Seguindo um costume antigo, os Romanos tinham conseguido perpetuar no poder, por longo tempo, verdadeiras famílias ‘dinásticas’, apesar das eleições anuais dos magistrados, mediante a adopção e a co-governança. Só separando as funções e atributos do *princeps senatus* das funções e cargos das magistraturas regulares essa continuidade estaria assegurada. Estas renovavam-se através das eleições anuais, aqueles implicavam uma espécie de dote a transmitir ao herdeiro da casa imperial. Assim aconteceu quando,

regressado da Hispânia, em 23 a.C., e sentindo-se bastante doente, Augusto percebeu a dificuldade da situação, entregando as pastas do consulado a Calpúrnio Pisão e o seu anel-sinete ao seu general Agripa.

Daí que P. Grimal (1997, 49) afirme: “Continuando a constituição republicana a subsistir, a autoridade de Augusto não deveria integrar-se nela, mas sobrepor-se-lhe”. De acordo com este estudioso, o regime que Augusto fundara era uma espécie de diarquia: de um lado, O Senado e o Povo, como no tempo da República; do outro, o Príncipe e a sua casa, exercendo uma função reguladora e de vigilância. Por um lado, as instituições do governo da República continuavam a funcionar, mas, por outro, alguém com prestígio assumia um papel único. No fundo, o que existia era uma aparência republicana numa realidade monárquica (como pensa Ernst Hohl, apud Yavetz, 1984, 24). Assim era Augusto, dissimulado, enigmático, elusivo, imperscrutável, como a esfinge gravada no seu anel-sinete.

A ambiguidade é, pois, uma constante da personalidade de Augusto. E projecta-se no surgimento de mitos. Como tem sido observado, o homem necessita de crenças e de mitos que o liguem ao passado e projectem no futuro a felicidade que os tempos presentes possam não comportar (vd. Étienne, 1970, 29). Augusto compreendeu-o muito bem. Sabia que o povo ansiava um novo tempo, uma renovação que conduzisse às virtudes do passado e constituísse uma promessa de futuro. Uma grande parte do povo romano, cansado de guerras civis, acreditou numa espécie de palingénese do estado, de refundação de Roma, na restituição ou restauração dos velhos costumes, na esperança de um futuro de paz. A propaganda augustana encarregou-se de fazer circular os mitos das virtudes de Augusto e da sua natureza excepcional, o mito da juventude, e o mito da paz, o mito da missão imperial, o mito da liberdade, o mito da divindade imperial (a ascendência divina, as divindades augustas, Augusto, filho do divinizado, o culto imperial; Augusto como mediador entre os homens e os deuses).

Destes mitos, uns são de teor moral (o mito das virtudes augustas é o mais importante), outros de natureza política (os mitos da fundação da cidade, o mito da juventude, o mito da missão imperial, o mito da liberdade), outros ainda de índole religiosa (o mito da divindade imperial e o culto imperial). Moral, política, religião: três pilares nos quais Augusto fez assentar toda a sua propaganda e todo o seu poder.

Começaremos pelo grande mito das virtudes augustanas. Como se sabe, estas virtudes foram identificadas, reconhecidas e “decretadas” pelo Senado romano, no ano de 27 a.C., tendo depois sido gravadas num escudo com o seguinte texto:

SENATVS
POPVLVSQVE ROMANVS
IMP. CAESARI DIVI F AVGVSTO
COS VIII DEDIT CLVPEVM
VIRTVTIS CLEMENTIAE
IVSTITIAE PIETATIS ERGA
DEOS PATRIAMQVE ¹

Augusto recorda esse momento tão importante do seu percurso político, dizendo, no § 34.1-2 das suas *Res Gestae*:

¹ Cópia deste texto figura num escudo de mármore encontrado na cidade de Arles; uma imagem deste escudo pode ver-se em Zanker (1992, 121).

“No meu sexto e sétimo consulados, depois de ter extinguido a guerra civil, e de ter assumido, por consenso universal, o poder supremo, passei a República, do meu poder para o arbítrio do Senado e do Povo Romano. Por esse motivo, e para me honrar, **recebi o título de Augusto** por decisão do Senado, e os umbrais da minha casa foram publicamente cobertos de louros, uma coroa cívica foi fixada sobre a minha porta, (...) e colocado na Cúria Júlia um escudo de ouro, que testemunhava, através da inscrição que tinha, que o Senado e o Povo Romano mo concediam devido à minha valentia, clemência, justiça e piedade.”²

Neste passo estão recordadas pelo próprio Augusto as quatro virtudes que o Senado nele reconheceu como qualidades: a *uirtus* por excelência (a virtude guerreira, a coragem física e moral), a *pietas* (o respeito pelos deuses e pelos homens), a *clementia* (a misericórdia para com os vencidos) e a *iustitia*.

O primeiro sinal das qualidades do futuro Augusto surgiu quando, ainda jovem, decidiu opor-se a Marco António e enfrentar as suas prepotências e desmandos de toda a natureza. Para tanto teve o apoio do Senado, assustado com o comportamento autocrático de Marco António. O recontro entre ambos deu-se perto de Módena. Octaviano foi o único sobrevivente: os cônsules Hírcio e Pansa caíram em combate (e Tácito não deixa de insinuar uma qualquer intervenção de Octaviano neste desfecho) e M. António fugiu. Octaviano regressou a Roma à frente de todas as forças aquarteladas na Itália, dirigiu-se ao Senado e exigiu a sua nomeação como cônsul e ainda a anulação da amnistia aos cesaricidas e a sua condenação à morte (Indro Montanelli, 2002, 188). O Senado recusou, mas Octaviano mandou chamar Lépido, outro lugar-tenente de Júlio César, enviou-o em embaixada de paz a M. António e constituíram, no ano de 43 a.C., o segundo triunvirato. Seguiram-se as proscrições, que sacrificaram muitas vidas de senadores e, entre estes, a de Cícero. Depois, foi a perseguição implacável aos cesaricidas. Segundo Montanelli (2002, 190): “Em Filipos caíram, com a república, os mais belos nomes que constituíam o seu sustentáculo”.

Sublinhe-se, no entanto, que, neste capítulo da *uirtus*, coragem (física ou moral), muitas das vitórias que Octaviano Augusto se arroga a si próprio, nas *Res Gestae*, se ficaram a dever a M. António ou a M. Agripa. Em 37/36, quis enfrentar Sexto Pompeio (que controlava os mares da Sicília e assim dificultava o abastecimento de Roma e da Itália, o que deu aso a desagradados e motins populares) e contou com o auxílio de Marco Agripa, que entendeu reforçar o poder militar no mar, aumentando o número de barcos e fazendo um porto de treino nas imediações de Cumas. O local escolhido era estratégico, mas também duplamente simbólico, como lembra Jean-Pierre Néraudau (1996, 116), pois César Octaviano ia embarcar para acabar com o seu inimigo no mesmo lugar onde há muitos séculos desembarcara o fundador (Eneias). Assim se ia construindo a imagem de Octaviano. Depois de enviar Marco António para o oriente, Octaviano sai do porto de Baías, com a sua frota, poderosa e eficaz, para enfrentar as embarcações de Sexto Pompeio. As forças de Agripa saem vencedoras em Mylae, mas as de César Octaviano sofrem um duro revés ao largo de Tauromenium. O futuro imperador fica extremamente abatido, crendo que a sua carreira acabaria ali. Mas logo um prodígio lhe devolveu o ânimo. Conta Suetónio que, durante este enfrentamento das tropas de César Octaviano e Sexto Pompeio, quando César, derrotado numa primeira fase do recontro, vai unir-se às forças de Marco Agripa, e quando passava junto à costa, um peixe saltou da água e veio cair a seus pés. Este prodígio anunciava, segundo os intérpretes, que César em breve teria a seus pés aquele que era presentemente o senhor do mar, Sexto Pompeio (vd. Suetónio, *Aug.* 96.4 e Néraudau,

² Tradução de M. Helena da Rocha Pereira (2010, p. 122).

1996,118). Também na batalha de Áccio, a vitória ficou a dever-se essencialmente a Agripa, embora os louros tenham recaído em absoluto sobre Octaviano.

Mas a sua imagem sempre foi de uma grande ambiguidade. Quem conhece a informação de Tácito (*Anais*, 1.9) respeitante aos juízos dos contemporâneos sobre a actuação de Augusto e aos sentimentos que a sua morte desencadeou junto do povo romano, percebe que assim foi: uns elogiam a sua forma de actuação, as guerras que travou para vingar a morte do pai adoptivo (Júlio César), a acumulação de cargos e honrarias, as circunstâncias políticas (“nas quais as leis não tinham então qualquer lugar”) que determinaram que ele se encaminhasse para o governo de um só; em contrapartida, outros viam na sua actuação, quase sempre desrespeitadora das leis, sinais de ambição para alcançar o poder absoluto. Sobre o triunvirato firmado entre Octaviano, Marco António e Lépido, sugere Tácito (*Anais*, I, 10), fazendo-se eco das vozes que corriam sobre Augusto, que Lépido fora seduzido “pela aparência da amizade”, ao passo que António, “seduzido pelo pacto de Tarento e de Brindes e pelos esponsais com a irmã [sc. Octávia, irmã de Octaviano], expiara com a morte a pena de um parentesco insidioso” (ibid.). “A paz sem dúvida que viera a seguir, mas fora uma paz sangrenta” (Tácito, ibid.). Ou então fora, nas palavras do próprio Augusto, “uma paz alcançada através de vitórias”.

De acordo com o mesmo Tácito, outros criticavam ainda em Augusto o desrespeito pelos pactos (a *fides*) e o desrespeito para com os costumes e as leis, pois raptara uma mulher casada, quando condenava os divórcios, e forçara outros ao divórcio, movido por interesses políticos próprios. Criticavam-no também por desrespeito para com os deuses. O Senado atribuíra-lhe a virtude da *pietas* e não há dúvida de que mandara restaurar ou construir cerca de oitenta e dois templos. Mostrava-se devoto de várias divindades, nomeadamente de Hércules (com os seus doze trabalhos) e de Apolo (que venerava como seu deus protector). No entanto, a crer em Tácito, no passo referido: “Nada deixara aos deuses, quanto a honras, ao passo que queria ter culto e efígie em templos, com flâmines e sacerdotes”.

No capítulo da falta de *clementia* por parte de Octaviano, os casos são inúmeros, desde respostas desabridas a quem lhe pedia perdão, a ordens de assassínios executados à menor suspeita. São prova dessa inclemência duas ocorrências em dois momentos de grande incerteza, a seguir ao cesaricídio: em 42 a.C. Octaviano e Marco António perseguem os cesaricidas em Filipos, cidade da Macedónia. Bruto e Cássio, os principais conspiradores, são mortos. Mas o desejo de vingança ainda não estava saciado. Dominado pelo *furor* (como diria Virgílio), enviou a Roma a cabeça de Bruto. Pouco depois, em 41-40 a.C., trava a Guerra de Perúsia, que teve como motivo a distribuição de terras aos veteranos de guerra; dominado uma vez mais pelo *furor* e pela crueldade, Octaviano manda sacrificar 300 membros da aristocracia local.

Mas estes eram tempos anteriores à tomada do poder por Augusto. Depois, sobretudo a partir de 27, quando já todos os seus opositores tinham caído, interessava-lhe apagar da memória esses momentos cruéis da sua vida e abrir o coração a uma certa tolerância, ainda que pouco sincera, talvez. Assim se explicará o episódio relacionado com Cina, acusado de conspirar contra Augusto e a quem este perdoou; todavia, segundo o relato de Séneca, a clemência ficou a dever-se a uma intervenção sensata de Lívia.

Augusto planeava também reformar os costumes. Publicou leis sobre casamentos e divórcios, a *Lex Iulia de maritandis ordinibus* (18 a.C.) e a *Lex Iulia de adulteriis coercendis* (17 a.C.), que suscitaram muitas queixas (pois taxavam os celibatários e puniam com o exílio, ou mesmo com a morte, os adúlteros), mas ele mesmo não as respeitava. Octaviano forçou o marido de Lívia ao divórcio, para poder casar com ela. Quando a sua filha Júlia ficou viúva do jovem Marcelo (filho da irmã Octávia), forçou a filha a casar com Marco Agripa, que era

bastante mais velho e casado e a quem obrigou ao divórcio. Quando Agripa morre, casa a filha com Tibério, que por sinal era casado com Vipsânia, filha de Agripa, e assim destruiu mais um casamento. Tibério não aguentou a vida escandalosa de Júlia, agora sua mulher, e retirou-se para Rodas. Júlia acabará banida (pelo próprio pai) por imoralidade e Augusto terá de chamar o genro Tibério para ser o seu sucessor, pois que os seus netos, Gaio e Lúcio, filhos de Júlia, tinham já morrido, um de tifo e outro na guerra (Montanelli, 2002, 196-197). Júlia morrerá no exílio, deixando a Augusto uma neta também chamada Júlia, que viria a ser igualmente banida por imoralidade. Enfim, a reforma dos costumes falhara dentro da própria casa imperial. Mas os apoiantes ou amigos justificavam a actuação adúltera de Octaviano Augusto com motivações políticas, dizendo que o fazia sob pretexto de saber segredos dos maridos das mulheres.

Assim, do ponto de vista moral e político, os escândalos e as intrigas sucediam-se e Augusto, que pretendia assegurar sucessor dentro da sua família, como se de um regime dinástico se tratasse, acabou por ter de entregar o poder ao enteado, filho de Lívia, adoptado como filho. Também neste caso a sorte e a realidade se revelaram bem diferentes dos projectos de Augusto.³

Retomando a questão da inclemência de Augusto, importa dizer que é costume avaliar a vida de Augusto dividindo-a em duas partes muito distintas: uma antes e outra depois da batalha de *Actium*, travada em 31 a.C., da qual saíram vencidos Marco António e Cleópatra. A crueldade do futuro imperador domina a primeira parte: matou ou mandou matar muitos elementos da classe senatorial e cavaleira, e pensou matar muitos mais. Diz-se que, na sequência da guerra de Perúsia, fez sacrificar aos manes de J. César, nos idos de março, trezentos senadores e cavaleiros, de entre as figuras mais destacadas da cidade. Depois, já sem adversários, toma outras atitudes, como vimos.

No *Canto Secular*, um poema celebrativo que é uma espécie de encomenda de Augusto a Horácio, este poeta não deixa de evocar essa mudança de atitude por parte do *princeps*, ao afirmar (vv. 37-52; dirigindo-se a Febo e Diana):

Se Roma é vossa obra, e ocuparam a costa etrusca
gentes vindas de Ílion – os sobreviventes a quem
ordenado foi que mudassem de Lares e de cidade,
numa viagem sem perigo,
e a quem o casto Eneias, sobrevivendo à pátria,
um livre e seguro caminho mostrou
através de Tróia que ardia, ele que daria
muito mais do que haviam deixado -,
então, deuses, dai à nossa dócil juventude probos costumes,
deuses, dai à nossa sossegada velhice descanso,
à raça de Rómulo dai riqueza, descendência
e toda a glória.
Que aquele do ilustre sangue de Anquises e Vénus

³ “Without going into too much details, the apologetic, defensive, and occasionally polemic undercurrents are obvious in the surviving fragments of the Autobiography. His enemies vilified his performance in war – he represented himself as a man of *virtus*. His enemies depicted him as cruel and savage – he emphasized his *clementia*. His enemies charged him with defiance of legal procedures – he paraded his *iustitia*. His enemies condemned his treacherous behavior towards former friends, benefactors, and even members of his own family – Augustus stressed his loyalty” (Millar and Segal, 1984, 3). Sobre esta discrepância entre os actos de Augusto e a sua própria representação, veja-se B. Levick, 2010, 23-62.

obtenha o que com bois brancos vos suplicou,

ele antes guerreiro, agora piedoso

para com o prostrado inimigo.

Note-se como o v. 51 (“ele antes guerreiro, agora piedoso”) assinala a mudança de atitude de Augusto, que começou por fazer a guerra e acabou por instaurar um regime de paz, perdendo “ao seu prostrado inimigo”. O *carmen* a que pertence encerra, em 17 .C., a celebração dos Jogos Seculares, que tinham como objectivo celebrar a entrada de Roma num novo *saeculum*, numa nova era, conduzida por Augusto, e celebrar a eternidade de Roma.

Neste mesmo poema, um pouco depois (*Carm. Saec.*, vv. 57-60), o poeta exalta o regresso das grandes virtudes que fizeram (e voltarão a fazer) a grandeza de Roma:

Já a Lealdade, a Paz, a Honra, o antigo Pudor
e a desprezada Virtude ousam voltar,
e a bem-aventurada Abundância surge
com seu corno cheio.

Assim era celebrada a fé no destino de Roma, a mesma que percorre o poema do Século, a *Eneida* de Virgílio.

Concluindo:

Quando sentiu que se aproximava o fim da vida, Augusto perguntou, aos familiares e amigos que rodeavam o seu leito, se tinha representado bem a comédia da sua vida. Referindo-se a este final da vida de Augusto, que conhecemos tal como apresentado por Suetónio, Néraudau (1996, 9) considera que é ao mesmo tempo simples e elaborado, “comme l’est le personnage d’Auguste, tout au long de sa vie”. Era assim que Augusto gostava de se ver e ser visto. Sentia-se como se tivesse representado uma peça de teatro. Como fizera tantas vezes. Em 27 a.C. depusera todos os seus poderes nas mãos do Senado, anunciara a restauração da república e o seu desejo de se retirar para a vida privada. Tinha então trinta e cinco anos e recusou todos os títulos, aceitando apenas o título, novo, de *princeps*. Vendo-se incapaz de tomar de novo as rédeas da política e do poder, o Senado recusou, devolveu-lhe todos os poderes e concedeu-lhe o título de *Augustus*. Mas Augusto, dissimuladamente (ou não), continuou a mostrar-se discreto no uso dos seus poderes. Vivia de forma sóbria. Era muito trabalhador. Os Romanos viam nele um homem justo, clemente, piedoso, corajoso. O sentimento geral era esse e os poetas do tempo contribuíram para projectar a aura que rodeava o *princeps*.

Suetónio assinala ainda, na sua biografia de Augusto, “a sua futura grandeza e a sua inalterável felicidade” (*Aug.* 94), dizendo mesmo que fora anunciada por prodígios e outros sinais e narrando-os em estilo que diríamos hagiográfico, como se estivéssemos na presença de um eleito dos deuses. Segundo o historiador, um dos prodígios ocorreu quando, ainda criança, o futuro Augusto, importunado com o coaxar das rãs na casa de campo do seu avô, as mandou calar, “e diz-se que desde então as rãs não cantam”, remata Suetónio.

Os mitos começam assim, por pequenas lendas... A representação toma conta da figura histórica e já não é possível destrinçar o real dessa mesma representação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTO, P. F. (2004): “O simbólico na construção da imagem e do programa ideológico de Augusto: os mitos da fundação da Cidade”, *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 6, Aveiro, pp. 27-50.

- BORDET, M. (1998): Précis d'histoire romaine, Paris, Armand Colin.
- CARDOSO, J. (1996): Um retrato de Augusto. Subsídios para o estudo da sua personalidade, Braga, APPACDM, 2ª edição.
- ETIENNE, R. (1970): Le siècle d'Auguste, Paris, Armand Colin.
- GARCÍA GUAL, C. (2005): Dicionário de Mitos. Tradução de Anselmo Borges e José Ribeiro Ferreira, Cruz Quebrada, Casa das Letras.
- GRIMAL, P. (1997): O século de Augusto, Lisboa, Edições 70.
- HORÁCIO (2008): Odes. Tradução de Pedro Braga Falcão, Lisboa, Livros Cotovia.
- LEVICK, B. (2010). Augustus: Image and Substance. Harlow / London / New York: Longman.
- MEDEIROS, W. (1992): “A outra face de Eneias”, in Walter de Medeiros et alii, A Eneida em contraluz, Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos.
- MILLAR, F. and SEGAL, E. (2002): Caesar Augustus. Seven Aspects, Oxford, Clarendon Press.
- MONTANELLI, I. (2002): História de Roma. Da fundação à Queda do Império, tradução de Margarida Periquito, Lisboa, Edições 70.
- NÉRAUDAU, J.-P. (1996): Auguste. La brique et le marbre. Paris, Les Belles Lettres.
- NÉRAUDAU, J.-P. (2005): A Arte Romana, tradução portuguesa, Publicações Europa-América.
- PEREIRA, M. H. R. (1992): “Virgílio, poeta da paz e da missão de Roma”, separata de Estudos em homenagem a Jorge Borges de Macedo, Lisboa, INIC, Centro de Arqueologia e História da Universidade de Lisboa.
- PEREIRA, M. H. R. (2010): Romana (Antologia da Cultura Latina), Lisboa, Babel.
- PERRET, J. (1965): Virgile, Paris, Hatier.
- YAVETZ, Z. (2002 / 1984): “The *Res Gestae* and Augustus' Public Image”, in F. Millar, E. Segal (org.) (2002), Caesar Augustus. Seven Aspects, Oxford, Clarendon Press, pp.1-36.
- ZANKER, P. (1992): Augusto y el poder de las imagenes, versão espanhola, Madrid, Alianza Editorial.